

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 22.994.2016-70

ENTIDADE: Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB de Feijó

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade pelo não envio da folha de pagamento e demais informações necessárias ao acompanhamento das despesas de pessoal, referentes ao 4º bimestre de 2016, em descumprimento à Resolução TCE/AC n. 102/2016.

RESPONSÁVEL: Hammerly da Silva Albuquerque

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

ACÓRDÃO Nº 1.158/2017

2ª CÂMARA

EMENTA: PROCESSO AUTÔNOMO. APURAR RESPONSABILIDADE. DESCUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO-TCE N. 102/2016. MULTA. NÃO APLICAÇÃO. ACOMPANHAMENTO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS.

Embora constatado o não atendimento aos artigos 1º e 5º, da Resolução-TCE n. 102/2016, mas diante do envio das informações ainda que intempestivamente e de forma consolidada com a Prefeitura Municipal, é possível, excepcionalmente, afastar a multa prevista no artigo 89, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, devendo ser observado o cumprimento ou não da mencionada Resolução, por ocasião da análise das prestações de contas da Unidade e cientificado o atual Gestor da forma correta de envio.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **a) DETERMINAR** ao **ATUAL GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB DO MUNICÍPIO DE FEIJÓ** que observe as obrigações previstas na Resolução-TCE n. 102/2016, especialmente os artigos 1º e 4º, sob pena de responsabilidade, nos termos do artigo 8º da mencionada norma, devendo as informações relativas à Prefeitura Municipal e ao FUNDEB ser encaminhadas em arquivos distintos; **b) REMETER** cópia do Acórdão à **DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**, para acompanhamento e **c) ARQUIVAR** os autos, após as formalidades de estilo.

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Rio Branco - Acre, 22 de março de 2017.

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**
Presidente da 2ª Câmara, para o feito

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora do MPC/TCE/AC

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 22.994.2016-70

ENTIDADE: Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB de Feijó

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade pelo não envio da folha de pagamento e demais informações necessárias ao acompanhamento das despesas de pessoal, referentes ao 4º bimestre de 2016, em descumprimento à Resolução TCE/AC n. 102/2016.

RESPONSÁVEL: Hammerly da Silva Albuquerque

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

RELATÓRIO

1. Trata-se de processo autônomo, instaurado no intuito de apurar a responsabilidade do Gestor, em razão do não envio, em meio informatizado, dos dados relacionados à folha de pagamento e ao controle de atos de pessoal do **FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB DO MUNICÍPIO DE FEIJÓ**, em descumprimento à Resolução-TCE n. 102, de 28-04-2016¹, cujo prazo, no tocante à remessa relativa ao 4º bimestre de 2016, era até o dia 30 de setembro do ano de 2016, nos termos do artigo 4º da mencionada Resolução².

2. A DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, por meio da 2ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, constatou a tempestividade do envio e sugeriu recomendar ao Gestor o envio separado das informações relativas ao FUNDEB e à Prefeitura de Feijó.

3. Em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa, houve a citação do Responsável, por meio do Diário Eletrônico de Contas n. 519, divulgado no dia 29-11-2016, tendo deixado transcorrer o prazo *in albis*.

4. O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, em manifestação subscrita por seu i. Procurador-Chefe, Dr. Mario Sérgio Neri de Oliveira, se pronunciou pelo arquivamento do feito.

¹ Dispõe sobre o envio, em meio informatizado, dos dados relacionados à folha de pagamentos e ao controle de atos de pessoal, que os responsáveis pelos poderes, órgãos ou entidades da administração direta e indireta, estadual e municipal, inclusive os fundos instituídos e mantidos pelo poder público devem fazer a este Tribunal de Contas, e dá outras providências. A mencionada Resolução foi publicada no dia 12-05-2016.

² Art. 4º Os dados de que trata o art. 1º desta Resolução deverão ser encaminhados em arquivos mensais, por meio informatizado, em até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.
Processo TCE n.º 22.995.2016-80

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

5. É o brevíssimo Relatório.
6. Rio Branco, 22 de março de 2017.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 22.994.2016-70

ENTIDADE: Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB de Feijó

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade pelo não envio da folha de pagamento e demais informações necessárias ao acompanhamento das despesas de pessoal, referentes ao 4º bimestre de 2016, em descumprimento à Resolução TCE/AC n. 102/2016.

RESPONSÁVEL: Hammerly da Silva Albuquerque

RELATORA: Cons.^a Dulcinéa Benício de Araújo

VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):

1. Trata-se de processo autônomo, instaurado no intuito de apurar a responsabilidade do Gestor, em razão do não envio, em meio informatizado, dos dados relacionados à folha de pagamento e ao controle de atos de pessoal do **FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB DO MUNICÍPIO DE FEIJÓ**, em descumprimento à Resolução-TCE n. 102, de 28-04-2016.

2. O prazo previsto no artigo 4º da mencionada Resolução era 30 de setembro de 2016, tendo o Gestor apresentado as informações exigidas no momento assinalado, porém, de forma consolidada com as da Prefeitura Municipal de Feijó, sendo cabível, portanto, assim como já decidido nos autos n. 22.581.2016-10³, que trataram da remessa de dados de pessoal pela Unidade, relativos aos três primeiros bimestres de 2016, recomendar ao atual Gestor o envio das informações em arquivos separados por Unidade, bem como ressaltar que esta Corte deve prosseguir no acompanhamento do cumprimento ou não da Resolução-TCE n. 102/2016, nos bimestres seguintes, por ocasião da análise das prestações de contas das Unidades.

3. Isso posto, **VOTO** pela:

a) **DETERMINAÇÃO** ao atual **GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB DO MUNICÍPIO DE FEIJÓ** que observe as obrigações previstas na Resolução-TCE n. 102/2016, especialmente os

³ Acórdão pendente de publicação.
Processo TCE n.º 22.995.2016-80

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

artigos 1º e 4º, sob pena de responsabilidade, nos termos do artigo 8º da mencionada norma, devendo as informações relativas à Prefeitura Municipal e ao respectivo Fundo ser encaminhadas em arquivos distintos;

b) REMESSA de cópia do Acórdão que vier a ser proferido à **DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**, para acompanhamento;

c) após as formalidades de estilo, **REMESSA** dos autos ao **ARQUIVO**.

4. É como **VOTO**.

5. Rio Branco, 22 de março de 2017.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 22.994.2016-70

ENTIDADE: Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB de Feijó

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade pelo não envio da folha de pagamento e demais informações necessárias ao acompanhamento das despesas de pessoal, referentes ao 4º bimestre de 2016, em descumprimento à Resolução TCE/AC n. 102/2016.

RESPONSÁVEL: Hammerly da Silva Albuquerque

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

“**CERTIFICO** que o presente processo foi apreciado pela 2ª Câmara desta Egrégia Corte na 49ª Sessão Ordinária realizada no dia 22 de março do corrente ano, presidida, neste feito, pelo Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**. Participaram do julgamento os Conselheiros **Ronald Polanco Ribeiro**, **Dulcinéia Benício de Araújo** e **Naluh Maria Lima Gouveia**, e como Representante do Ministério Público de Contas, a Dra. **Anna Helena de Azevedo Lima**. Decisão: o Colegiado decidiu, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, **Dulcinéia Benício de Araújo**.” (à fl. 29)

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora